

HISTÓRIA E CULTURAS

Revista Eletrônica do Mestrado Acadêmico em História da UECE.

MARX, RAÇA E NEOLIBERALISMO

Adolph Reed, Jr.*

Resumo:

A perspectiva Marxista pode ser útil para a compreensão dos conceitos de raça e racismo na medida em que propõe uma percepção dialética do capitalismo, enquanto uma totalidade social, que inclui os modos de produção, relações de produção e o conjunto pragmáticamente em evolução das instituições e ideologias que facilitam e impulsionam a sua reprodução.

Palavras-Chave: Marxismo, racismo, capitalismo, classe trabalhadora.

Abstract:

A Marxist perspective can be most helpful for understanding race and racism insofar as it perceives capitalism dialectically, as a social totality that includes modes of production, relations of production, *and* the pragmatically evolving ensemble of institutions and ideologies that lubricate and propel its reproduction.

Key Words: Marxism, racism, capitalism, workingclass

Recebido: 08/08/2016

Avaliado: 22/09/2016

* Professor Titular de Ciência Política, University of Pennsylvania – USA.

**Este artigo foi originalmente publicado na revista *New Labor Forum*, 49 (2013) pp. 49-57. Tradução: Claudio Lima- Editoração: Zilda Maria Menezes Lima.

***Seu mais recente livro, em co-autoria com a Kenneth W. Warren, intitulado “Renovando a História Intelectual Negra: Um fundamento ideológico e Material do Pensamento Afro-Americano”. Sua publicação anterior foi uma análise da “Obamania” em que identifica tal fenômeno como um sintoma do desaparecimento da esquerda americana.

A Contribuição mais Importante do Marxismo para dar Sentido à Raça e Racismo nos Estados Unidos pode ser a Desmistificação.

Raça é uma taxonomia de diferença adscritiva, ou seja, uma ideologia que separa a população em grupos e classifica-os em hierarquias de capacidade e valor cívico com base nas características "naturais" ou essenciais que lhes são atribuídos. Ideologias de atributiva diferença contribuem para estabilizar a ordem social ao legitimar a sua hierarquia de riqueza, poder e privilégio, incluindo a sua divisão social do trabalho, como a ordem natural das coisas¹. Ideologias atributivas são perspectivas reais com potencial para tornar profecias autorrealizáveis. Elas surgem a partir do senso comum de auto interesse como o conhecimento popular: eles são "conhecidos" para ser verdadeiros irrefletidamente porque parecem comportar a evidência da experiência cotidiana. Elas tendem a se tornar geralmente aceitas como verdade indiscutível, e se impuseram como tal pela lei e costume, quando eles convergem e reforçam os interesses das camadas poderosas da sociedade.

Raça e gênero são as hierarquias atributivas mais familiares nos Estados Unidos contemporâneos. Irônicamente, é isso mesmo, em parte, porque as forças igualitárias e respectivas fundações jurídico-materiais têm sido bem-sucedidas no último meio século em desafiá-las. Desigualdades baseadas diretamente a partir de reivindicações de raça e diferença de gênero são agora sancionadas negativamente como discriminação por lei e prevalecendo as normas culturais. Naturalmente, os padrões de desigualdade persistem na qual a desvantagem é distribuída de forma assimétrica ao longo de linhas raciais e de gênero, mas praticamente ninguém - mesmo os defensores dessas desigualdades padronizadas - defendem abertamente o racismo ou sexismo. É neste sentido que Glenn Beck se pronuncia para se apropriar de Martin Luther King, Jr. e denunciando Barack Obama como racista, e que Elisabeth Hasselbeck e Ann Coulter acusam os democratas de sexismo. De fato, assim como a raça tem sido e continua a ser impensável sem racismo, hoje também é impensável sem o anti-racismo.

Fundamentalmente, os significados de raça e gênero, e seu conteúdo como ideologias de diferença essencial, mudaram significativamente, ao longo do tempo em relação à evolução das condições políticas e econômicas. Com relação à cor, em particular, os esquemas classificatórios têm variado substancialmente, assim como as narrativas de elaborá-las. Ou seja, quais populações contam como raças, os critérios que os determinam, e o que representa esta contagem, como um, ou como um ou outro, em determinado momento, foram muito mais questões fluidas do que nossas discussões sobre o que essa noção poderia sugerir. E é assim que deve ser porque a raça, como um elemento das ideologias de hierarquia atributivas, é fundamentalmente pragmática. Afinal, esses sistemas de crenças emergem como legitimações de padrões concretos de relações sociais em contextos particulares.

Raça, como todas as ideologias de hierarquia atributivas, é fundamentalmente pragmática.

A noção de raça surgiu historicamente aliada à instituição da escravidão no Novo Mundo. Entre a rica literatura acadêmica que examina sua emergência, talvez a mais notável com relação à América do Norte seja *Escravidão Americana, Liberdade Americana* de Edmund Morgan, e as *Boas Esposas, Raparigas Desagradáveis e os Patriarcas Ansiosos* de Kathleen Brown. Ambos focam na nitidez simultânea de distinções entre escravidão e servidão, bem como o estabelecimento institucional de preto e branco, ou Africano e Inglês, como distintos, categorias de estado que se excluíram mutuamente ao longo do século XVII, na Virgínia colonialⁱⁱ.

Raça e racismo assumiram a forma de ideologia e realidade material durante o século seguinte, inicialmente, no contexto da competição entre os sistemas livre e de trabalho escravo relacionadas à luta de classes, que produziu a noção moderna de trabalho livre como o controle absoluto de um trabalhador sobre sua pessoaⁱⁱⁱ. Após a derrota da Insurreição dos Confederados que levou à abolição da escravatura, a raça como supremacia branca evoluiu no Sul como um elemento na luta sobre o que era a liberdade e para significar como ela iria ser harmonizada com o sistema de trabalho, da plantocracia desejada e da ordem social necessária para mantê-la. Essa luta culminou com a vitória da classe dominante sobre o plantador dominado, que foi consolidada em cassação racializada e imposição codificada do regime da supremacia branca da separação racial.

Na segunda metade do século XIX, a West Coast luta por importação de mão de obra chinesa e imigração japonesa, também a apoiada nas ideologias racistas. Operadores de ferrovia e outros importadores de trabalho chinês imaginaram que distintivas características raciais dos trabalhadores chineses os fizeram mais dóceis e capazes de viver com menos que americanos brancos; seus adversários argumentavam que essas características muito raciais degradaria o trabalho norte-americano e que os chineses eram racialmente "inassimiláveis." Após a primeira guerra os fazendeiros sulistas importaram os chineses para o Delta do Mississipi para competir com meeiros negros, com base nos mesmos pressupostos racistas de maior rastreabilidade, como fizeram depois os importadores de trabalho siciliano para os campos de cana de açúcar e algodão.

A produção industrial em larga escala no final do século XIX e início século do XX, é claro, dependia de imigração laboral em massa, principalmente da periferia leste e sul da Europa. As inovações da ciência racial, isto é, da ideologia racista popular transformada em uma profissão acadêmica – prometia atender às necessidades dos empregadores para gestão racional da força de trabalho, que estavam presentes na fundação dos campos de relações industriais e de psicologia industrial. Hugo Munsterberg, um ilustre fundador da psicologia industrial, incluiu o

diagnóstico psicológico da raça como um elemento na avaliação das capacidades dos trabalhadores, embora tenha ressaltado que temperamentos raciais ou nacionais são médias e que existe uma considerável variação individual dentro dos grupos. Ele argumentou que a avaliação, portanto, deve ser amalgamada com a consideração das características dos indivíduos e que a influência da "psicologia de grupo" seria significativa apenas se o emprego não de uma única pessoa, mas de um grande número, estiver em questão, pois é mais provável que o caráter médio irá mostrar-se num grau suficiente, quando muitos membros do grupo estivessem envolvidos.^{iv}

Como os estudos acadêmicos sobre a ciência racial e seu primo congênere, a eugenia, tem mostrado, a investigação que se propõe a encontrar evidências de diferença racial vai encontrá-la, quer exista ou não. Assim, a ciência racial produziu taxonomias cada vez mais refinadas de grupos raciais - até um máximo de sessenta e três raças "básicas". A especificidade aparente de histórias reais dos teóricos da raça sobre capacidades diferenciais de raça, forneceram justificativas para a restrição da imigração, esterilização, separação, e outros regimes de desigualdade. Ela também manteve a promessa de ajudar os empregadores na designação dos trabalhadores a empregos para os quais fossem racialmente adequados. John Bodnar e seus co-autores reproduziram um gráfico da Adaptabilidade Racial utilizado por uma empresa de Pittsburgh em 1920, que mapeia as capacidades de trinta e seis grupos raciais diferentes durante vinte e dois trabalhos distintos, oito diferentes condições atmosféricas, empregos que exigissem velocidade e precisão, e turno de trabalho diurno e noturno. Por exemplo, *Letts* foi supostamente justo com a pá e picareta, concreto e carrinho de mão, ruim como os veículos *hod*, os produtos de limpeza e os cuidadores, com os ajudantes de fabricante da caldeira; bom como os pedestres e ferreiros de carvão, bem como em empregos que exigissem velocidade e precisão; e bom em local fresco e seco, e condições de fumaça ou poeira; justo com os processos de óleo ou de sujeiras; e bom com ambos turnos diurno e noturno.^v

É claro que tudo isso era falso, nada mais do que estreitos preconceitos de classe alta amalgamados à ciência. Convincente somente com alguém compartilhasse das narrativas folclóricas da hierarquia essencial que a pesquisa assumiu desde o início. Mas as teorias raciais não precisavam ser verdadeiras para ser eficazes. Eles só tinham que ser utilizadas como se fossem verdadeiras, para produzir os efeitos relevantes que deram a ideologia uma verossimilhança de autenticação. Imigrantes poloneses se tornaram trabalhadores siderúrgicos de Pittsburgh, Baltimore, Buffalo, Chicago e Gary, não por qualquer aptidão natural ou afinidade, mas porque os empregadores e os recrutadores os classificaram para o mercado de trabalho em usinas siderúrgicas.

As premissas da hierarquia racial e de gênero do New Deal foram incorporadas em suas iniciativas políticas mais fundamentais. As implicações de longo prazo do sistema de dois níveis de benefícios sociais assim criadas, persistem, até os dias atuais. Essa longa história ilustra que, como observou o teórico marxista Harry Chang na década de 1970, a formação racial sempre foi um aspecto da formação de classes, como uma "condição social de produção." A raça tem sido um elemento constitutivo de uma dinâmica social capitalista na qual "tipos sociais (em vez de pessoas) figuram como unidades básicas de gestão econômica e política"^{vi}. Chang analisou racionalmente a raça ao que Marx descreveu como o personagem fetiche do dinheiro. Marx - observou o autor, descreveu dinheiro como "o objeto oficiante (ou sujeito como um objeto) na reificação de uma relação chamado "valor" e como uma "função transformada em um objeto"^{vii}. "Dinheiro procura o ouro para objetivar-se — o ouro não clama para ser dinheiro". Da mesma forma, "a vanguarda de determinações raciais de pessoas é uma "imposição" social sobre a natureza", em que nos seus próprios rendimentos não existem tais categorias"^{viii}.

Pesquisa que Sai em Busca de Evidências de Diferença Racial vai Encontrá-la, quer Exista ou Não

Embora discutindo raça especificamente, Chang também coloca o dedo sobre a característica central das ideologias de hierarquia atributivas em geral:

Na prática, a política econômica razão de ser das categorias raciais reside na importância social férrea que é possível se as relações são objetivadas à qualidade intrínseca das "características raciais." Os negros e a ausência de garantia mínima dos direitos burgueses (contra a escravidão e servidão) e pressupõe brancos como uma garantia de imunidade de tal degradação^{ix}.

Tal formulação aplica-se igualmente às populações estigmatizadas como débeis mentais, criminosos natos, "lixo branco", culturas de pobreza, classe baixa, bebês do crack, superpredadores e outras narrativas de hierarquia atributiva. Cada uma dessas narrativas é uma espécie do gênero das ideologias que legitimam relações sociais capitalistas por naturalizá-los. A característica que liga as espécies deste gênero de ideologias atributivas é que são as populações que vivem, se não exatamente do lado de fora "a garantia mínima dos direitos burgueses", pelo menos sob o piso habitual de valor social e respeito. Na prática, esta última é transferida para o primeiro.

A perspectiva de Chang pode nos ajudar a ver mais claramente como funcionam as ideologias atributivas. Não é nenhuma surpresa que as classes dominantes funcionem entre si dentro de um senso comum que entende o seu domínio como decretado pela natureza das coisas. Nos momentos em que a sua posição dominante enfrenta desafios, essas narrativas podem ser

articuladas de forma mais assertiva e de maior divulgação. Esta lógica, por exemplo, subjacente à mudança antes da guerra, em face da crescente agitação antiescravista, de defesas pragmáticas da escravidão como um mal necessário - uma postura que presume a falar em classe dominante entre si apenas - aos argumentos essencialistas, transcende os interesses de classe presumidamente, ou seja, que a escravidão era um bem positivo. Tais argumentos também podem ser vistos na explosão da ideologia racista em suas várias formas, incluindo a eugenia, ao justificar o expansionismo imperialista e consolidar a derrota do populismo e rebelião da classe trabalhadora nos anos de sobreposição da virada do século XX. Essa mesma dinâmica pode ser vista no deslocamento da linguagem de classe e da economia política pela cultura e culturologia no liberalismo pós-guerra, que consolidou a derrota do radicalismo CIO¹. Mais tarde, o essencialismo racial ajudou a reificar as lutas contra separação do sul, a discriminação racial, desigualdade e pobreza durante a década de 1960, separando as discussões sobre a injustiça da lógica do capitalismo de reprodução. A pobreza foi reinventada como um dilema cultural, e "racismo branco" apontada como a raiz da desigualdade racial.

Desta forma, a perspectiva de Chang pode ser útil na classificação de várias limitações importantes nas discussões sobre características de esquerda, raça e classe de hoje. Ela também pode ajudar a compreender o sentido da convergência notável entre o relativo sucesso de entendimentos identitários de justiça social e a intensificação do avanço constante do neoliberalismo. Ele sugere um parentesco em que muitos da esquerda assumem uma inimidade. A ascensão do neoliberalismo, em particular, sugere um problema sério com argumentos que representam raça e classe como estruturas dicotômicas ou alternativas de crítica política e de ação, bem como os argumentos que postulam sua dicotomia, na tentativa de conciliar os seus elementos com gestos formais, como por exemplo, a comum construção de "raça e classe".

A ascensão do Neoliberalismo Sugere um Problema Sério com Argumentos que Representam Raça e Classe como Estruturas Dicotômicas ou Alternativas de Política Crítica e de Ação.

Este tipo de perspectiva histórica materialista põe em relevo uma limitação fundamental da noção de "brancura", que tem estado na moda no âmbito da esquerda acadêmica por cerca de duas décadas: aquela que reifica brancura como categoria social trans-histórica. Com efeito, trata "brancura" - e, portanto, a "raça" - como existente antes e acima de contexto social^x. Tanto o que se qualifica como branca bem como advoga que a importância de 'ser branco' se alterou ao longo do tempo. Além disso, a discursiva acerca da brancura funciona como uma espécie de

exposição moralista, em vez de uma base para políticas estratégicas; isso é claro quando o programa notavelmente articulado em seu nome foi simplesmente o de levantar uma demanda para "abolir a brancura", isto é, para chamar os brancos a renunciar a seu privilégio racial. Na verdade, a sua fixação em demonstrar a profundidade da noção de brancura, que uma geração anterior chamava de "privilégio pele branca" é a inclinação de assumir narrativas teleológicas sobre grupos ou indivíduos "de abordagem" ou "perseguir" a brancura, ofuscam as reais dinâmicas históricas e contradições da história racial americana.

O discurso sobre brancura sobrepõe outros argumentos que presumem o racismo como uma forma *sui generis* de injustiça. Apesar de parecerem provocativos, estes argumentos não vão além do liberalismo racial a partir dos quais eles normalmente pretendem a dissidência. Eles diferem apenas no floreio retórico e não no conteúdo. As formulações que invocam metáforas de doença ou pecado original reificam o racismo, desligando-o das circunstâncias históricas distintas e estruturas sociais nos quais ele está inserido, e tendem a tratá-lo como uma força autônoma. A desconexão da economia política também é uma característica crucial da construção do liberalismo pós-guerra da desigualdade racial como preconceito ou intolerância. O racismo torna-se uma variável independente em um argumento moralista que é idealista intelectualmente e por fim derrotista politicamente. Esta tendência em ver o racismo como *sui generis* também gera uma resistência à precisão na análise. Ele é alimentado por uma tendência para inflar a linguagem do racismo largo dos seus limites conceituais razoáveis, se não além. Comprometimento ideológico para encaixar na rubrica de racismo todos os tipos de desigualdades que podem aparecer estatisticamente como disparidades raciais que renderam duas patologias interpretativas relacionadas

Uma delas é:

A constante expansão panóplia de neologismos - "racismo institucional", "racismo sistêmico", "racismo estrutural", "daltônico racismo", "racismo pós-racial", etc. Destina-se a enxertar dinâmicas sociais mais complexas em um racismo / anti-racismo de ontologia política simplista e frequentemente, psicologicamente flexionado. Na verdade, esses esforços trazem à mente [Thomas S.] tentativas de acomodar o relato de Kuhn na montagem de anomalias para salvar um paradigma interpretativo em perigo a ruir sob uma crise de autoridade^{xi}.

Um segundo truque dos essencialista avança nas reivindicações para a primazia da raça / racismo como uma explicação das desigualdades no presente, invocando analogias para regimes de subordinação explicitamente raciais no passado. Nesses argumentos, a analogia fica em evidências e explicações sobre a centralidade de racismo contemporâneo. O amplo lido e citado livro de Michelle Alexander, *The New Jim Crow*, é apenas a expressão mais proeminente dessa tendência; mesmo que ela tenha de reconhecer que a é analogia falha porque as circunstâncias históricas são totalmente diferentes^{xii}.

A Busca Rigorosa de Igualdade de Oportunidades Exclusivamente Dentro dos Termos de Relações de Classe Capitalistas foi Inteiramente Legitimada sob a Rubrica da "Diversidade"

Do ponto de vista do materialismo histórico, o ponto de vista da desigualdade racial como uma injustiça *sui generis* e formulações dicotômicas da relação entre raça e classe como sistemas de hierarquia nos Estados Unidos, não são apenas impróprios, mas também fundamentalmente contraproducentes. É particularmente importante, neste momento, reconhecer que a taxonomia familiar de diferença racial é apenas um exemplo historicamente específico de um gênero de ideologias de hierarquia atributiva que estabilizam a reprodução social capitalista. Argumentei anteriormente, que uma taxonomia de raça inteiramente nova poderia vir a substituir aquelas já familiares. Por exemplo, a "under class" poderia tornar-se ainda mais como raça como uma população distinta, essencializada,

[...] por nossas normas populares atuais, multirraciais na composição, ainda que muito provavelmente incluindo em perceptível maior frequência pessoas que estariam classificadas como negros e latinos "racialmente", existiriam pequenas pluralidades suficientes para evitar a assimilação do grupo – ideologicamente, como um substituto simples para não-brancos inferiores^{xiii}.

Esta possibilidade parece maior agora. As lutas pela igualdade de gênero e racial subtraíram em grande parte, raça e gênero de sua verossimilhança do senso comum como bases para diferença essencial. Além disso, as versões de igualdade racial e de gênero são agora também incorporadas à estrutura normativa e programática do neoliberalismo de "esquerda". A busca rigorosa de igualdade de oportunidades, exclusivamente dentro dos termos de padrões de dados das relações de classes capitalista, que é, afinal, o ideal do liberalismo-racial, foi totalmente legitimado dentro da rubrica de "diversidade". Esse ideal é realizado através da obtenção de uma "paridade áspera" na distribuição de bens sociais e malefícios entre categorias populacionais designadas. Como Walter Benn Michaels argumentou poderosamente em seu livro *The Problem with Diversity*, de acordo com esse ideal [de paridade], a sociedade seria mais igualitária - se apenas 1% da população controlada por 90% dos recursos - desde que os negros e outros não-brancos, mulheres e gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros (LGBT) fossem representados entre os 1%, na proporção mais ou menos semelhante como a sua incidência na população em geral^{xiv}.

Dado o triunfo do liberalismo racial, é perfeitamente possível que novos discursos da diferença atributiva possam tomar a forma em que se encaixam o popular senso comum do nosso tempo e suas normas culturais e sensibilidades. Na verdade, o ressurgimento explosivo, nos últimos anos, de discursos deterministas academicamente legitimados tudo o que simplesmente

ensaiam a tropos idealistas padrão - de nada adianta ter um modelo perfeitamente correto se os dados de entrada não forem confiáveis às falsas narrativas científicas - reforçam essa preocupação.

As premissas permeadas de programas intelectuais como a psicologia evolucionista, economia comportamental, genes da política e neurocriminologia são notavelmente como extrapolações em linha reta desde a ciência racial Vitoriana - embora em sua maior parte, mas não exclusivamente, os estudiosos que operam nessas áreas sejam escrupulosos, ou pelo menos exigentes, em não implicar as taxonomias raciais familiares em seus sofismas deterministas. Alguns estudiosos imaginam que "a epigenética" - uma visão que se concentra na interação entre genes e ambiente na produção de organismos e de genótipos - evita o determinismo, fornecendo explicações causais que não são puramente biológicas. Uma pesquisa recente pretendendo encontrar explicações epigenéticas para a desigualdade socioeconômica, já prenuncia uma possível estrutura para narrativas determinista de "subclasse" que evitam as impurezas, associadas às justificativas biológicas de desigualdade e referências a categorias raciais atualmente reconhecidas^{xv}. Irônicamente, alguns expressamente entusiastas destas teorias epigenéticas se assemelharam à teoria da evolução Lamarckiana, que salientou a hereditariedade dos caracteres adquiridos após o nascimento, como se isso fosse o isolamento contra o determinismo. Como historiador da antropologia George Stocking, Jr e outros mostraram, que a teoria racial Lamarckiana não foi menos determinista do que a sua alternativa Darwiniana, que postulava o determinismo estritamente biológico. Como o autor citado observa, a dependência Lamarckiana em um "indeterminismo sociológico vago" fez tudo mais difícil para desafiar suas teorias raciais circulares^{xvi}. Em qualquer caso, as abordagens estreitas que reduzem a atributiva ideologia para reificadas noções de raça / racismo não são, de todo, o desafio colocado por este novo rumo determinista.

Finalmente, o compromisso inflexível a uma perspectiva de raça-primeira sobre as desigualdades que surgem, como as disparidades estatísticas, tem uma base material. As vitórias do movimento pelos direitos civis levaram com elas um imperativo político benéfico e inevitável. Vias de recurso podem ser procuradas pelas injustiças entendidas como a discriminação com base na raça, sexo ou outras categorias familiares de imputação injusta; porém, existe esse recurso para injustiças geradas através da lógica do capitalismo de produção e de reprodução sem mediação por uma dessas categorias atributivas. Como argumentei em outro ocasião

[...] isso identifica o "racismo" com um requisito técnico para o prosseguimento de certas queixas; não a base de uma estratégia global para a busca da justiça racial. Ou como eu acredito que é uma formulação de esquerda mais clara: a igualdade racial como um elemento essencial de um programa de justiça social^{xvii}.

No entanto, para aqueles que insistem que o reducionismo racial é mais do que uma acomodação pragmática às necessidades de perseguir queixas judiciais ou administrativas, algo mais está em jogo. Uma perspectiva histórica materialista pode ser útil para identificar a liga que une esse compromisso com aqueles que priorizam a raça no discurso e prática política.

Toda a política na sociedade capitalista é de classe, ou, pelo menos, uma política flexionada, por classes. Isso também é válido para a perspectiva política que se condensa em programar as reparações, como anti-racismo, e sua insistência sobre o caráter *sui generis* da injustiça racial. Eu argumento que essas tendências se unem em torno de uma política que seja "inteiramente consistente com a redefinição neoliberal da igualdade e da democracia ao longo de linhas díspares", posto que essa política:

[...] reflete a posição social dos posicionados para se beneficiar da visão de que o mercado é, ou pode ser, um sistema justo, eficaz, ou mesmo aceitável para o talento recompensador e virtuoso e punir seus opostos e que, portanto, a remoção de "artificiais" impedimentos para funcionar como raça e gênero vão torná-lo ainda mais eficiente e justa^{xviii}.

Esta é a política dos administradores em Relações Raciais reais ou supostos, e está totalmente incorporada ao capitalismo americano e suas estruturas de reparação das elites. É fundamentalmente antagônica à política da classe trabalhadora, não obstante às reivindicações gestuais dos identitários de esquerda em sentido contrário.

NOTAS

ⁱ Veja Adolph Reed, Jr., "Desvendando a relação entre raça e classe na política americana", *Poder político e Teoria Social* 15 (2002): 265-274; Ellen Meiksins Wood, "Classe, Raça e Capitalismo," *Poder político e Teoria Social* 15 (2002): 275-284; Maurice Zeitlin, "Na 'Confluência' de Raça E Classe" na América, *Poder político e Teoria Social* 15 (2002): 285-288; Steven Gregory, "O 'Paradoxos' da Concretização Deslocada: Pensar com o Estado," *Poder político e Teoria Social* 15 (2002): 289-300; E Reed, "Tréplica," *Poder político e Teoria Social* 15 (2002): 301-315. Veja também meu capítulo, "A 'Cor da Linha' Antes e Agora: As Almas do Povo Negro e a Mudança do Contexto da Política Afro-Americana" em Adolph Reed, Jr., Kenneth W. Warren, et al, *Renovando a História Intelectual Negra: As bases ideológicas e materiais do pensamento do negro americano* (Boulder, CO & London: Paradigm Publishers, 2010).

ⁱⁱ Edmund S. Morgan, *Escravidão Americana, Liberdade Americana* (New York: WW Norton, 1975) e Kathleen M. Brown, *Boas Esposas, Rapa-rigas Desagradável E Patriarcas Ansiosos: gênero, raça e poder na Virginia Colonial* (Chapel Hill & London: University of North Carolina Press, 1996). Como seu título indica, Brown examina bem a interação de raça e gênero na constituição das distinções entre escravo e servo, preto e branco.

ⁱⁱⁱ Legal historiador Robert J. Steinfeld em dois livros importantes examina o último conflito. Veja Steinfeld, *A Invenção do Livre Trabalho: a relação de emprego em Inglês e Direito e Cultura Americana, 1350-1870* (Chapel Hill & London: University of North Carolina Press, 2002) e *da Coerção, Contrato, e do Trabalho Livre no Século XIX* (Cambridge: Cambridge University Press, 2001).

^{iv} Hugo Münsterberg, *Psicologia e Eficiência Industrial* (Boston e New York: Houghton Mifflin, 1913), 130. Münsterberg criticou o que considerou uma tendência generalizada entre os oficiais de emprego das empresas industriais para usar características de grupo muito livremente e dependem de estereótipos superficiais (130- 131).

^v John Bodnar, Roger Simon e Michael P. Weber, *vidas próprias: negros, italianos e poloneses em Pittsburgh, 1900-1960* (Urbana e Chicago: University of Illinois Press, 1983), 240. Na história e na lógica da ciência racial, ver Jonathan Marks, *o Que Significa ser Chimpanzé de 98%: Apes, Pessoas e seus genes* (Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 2003), e histórias recentes pertinentes do movimento eugênico incluem Edwin Black, *Guerra contra o fraco: A eugenia e a Campanha da América para criar um mestre Race* (New York: Dialog Press, 2012), e Alexandra Minna Stern, *Nação Eugénica: Falhas e Fronteiras da melhor Criação na América Moderna* (Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 2005). Para exemplos de proliferação de raças dos cientistas raciais, ver Daniel G. Brinton, *raças e povos: Palestras sobre a Ciência da Etnografia* (Philadelphia: David McKay, 1901), 17-50; Joseph Deniker, *Raças Humanas: Um esboço de Antropologia e Etnografia* (New York: Charles Scribner, 1900), 280-298; William Z. Ripley, *As Raças Da Europa: Um Estudo Sociológico* (Londres: Kegan Paul, 1900); e William P. Dillingham, *Um Dicionário Da Raças Ou Povos* (Washington, DC: GPO, 1911), 3.

^{vi} Paul Liem e Eric Montague, eds, "Rumo a uma teoria marxista do Racismo: dois ensaios de Harry Chang,". *Revisão da Política Economica Radical* 17, no. 3 (1985): 43.

^{vii} *Ibid.*, 38.

^{viii} *Ibid.*, 39.

^{ix} *Ibid.*, 44.

^x Para uma análise crítica da literatura "sobre brancura", pelo menos no que se formou entre os historiadores, consulte "A controvérsia científica: Brancura e imaginação dos historiadores," *Internacional do Trabalho e História da Classe Operária* 60 (Outono 2001): 1-92, com uma introdução por Judith Stein e artigos por Eric Arnesen, James Barrett, David Brody, Barbara J. Campos, Adolph Reed, Jr., Victoria C. Hattam, Eric Foner e uma resposta por Arnesen. Veja também Barbara J. Campos e Karen Campos, *Racecraft: A Alma Da Desigualdade Da Vida Americana* (New York & London: Verso, 2012).

^{xi} Adolph Reed, Jr., e Merlin Chowkwanyun, "raça, classe Crise: O Discurso da disparidade racial e seus descontentamentos analíticos", *Registro Socialista* 48 (2012): 167. Argumenta-se também que "as defesas de esquerda de aparência que insistem na importância da raça e classe" são apenas tentativas de negar a força retórica da linha de raça.

^{xii} Michelle Alexander, *The New Jim Crow: Encarceramento em massa Na Era do daltonismo* (New York: New Press, 2010). Para uma crítica sistemática dos limites e características contraproducentes desta abordagem, ver James Forman, Jr., "Críticas Raciais da Massa do encarceramento: Beyond the New Jim Crow," *New York University Law Review* 87 (2012): 21-69. Veja também Reed e Chowkwanyun, "Raça, Classe e Crise" e Adolph Reed, Jr., "Três Tremês," 04 de julho de 2011, disponíveis em <http://nonsite.org/editorial/three-tremes>.

^{xiii} Reed, "A Cor da linha Antes e Agora", 261.

^{xiv} Walter Benn Michaels, *O problema com a Diversidade: Como aprendemos a amar a Identidade e Ignorar a Desigualdade* (New York: Metropolitan Books, 2007). Ele está dizendo que a redução da preocupação com a desigualdade econômica para as disparidades raciais leva a respostas, por exemplo, propostas de Contas de Desenvolvimento Individual de Sheradeen – que procura criar agentes minoritários individuais competitivos que possam dificultar uma melhor chance de lutar na corrida de ratos neoliberal, em vez de uma visão positiva alternativa de uma sociedade que elimina a necessidade de lutar constantemente contra caprichos perturbadores no mercado, em primeiro lugar", que procuram Reed e Chowkwanyun, "Raça, Classe, Crise," 166. Notamos também que "Dentro do contexto racial especificamente, tais propostas transpirar mais do que um sopro de comunitarismo racial e de auto-ajuda racial coletiva, juntamente com uma dose de nostalgia republicano."

^{xv} Em psicologia evolucionista, ver Susan McKinnon, *Neo-Liberal Genética: Um Mitos e Contos Morais da Psicologia Evolutiva* (Chicago: Prickly Paradigm, 2005). Em genes e política, ver Evan Charney, "Genes e ideologias," *Perspectivas na Política* 6, no. 2 (Junho de 2008), com a respostas de John R. Alford et al. Rebecca J. Hannagan e Peter K. Hatemi, e tréplica por Charney em *Perspectivas na Política* 6, no. 2 (Junho de 2008). Para ilustrar o estado da arte em neurocriminologia, ver o trabalho de Universidade de Pennsylvania o criminologista Adrian Raine em www.crim.upenn.edu/faculty/profiles/raine.html. O ensaio de James J. Heckman bastante dissimulado intitulou "Promover a mobilidade social," *Boston Review*, setembro / outubro de 2012, ilustra o nexo da epigenética e economia comportamental. Veja também Daniel A. Hackman e Martha J. Farah, "situação socioeconômica eo desenvolvimento do cérebro", *Tendências em Ciências Cognitivas* 13, não. 2 (fevereiro de 2009): 65-73. Jiannbin Lee Shiao, Thomas Bode, Amber Beyer, e Daniel Selvig, "Um genômico Desafio para a construção social da Raça," *Teoria Sociológica* 30 (Junho de 2012): 67-88 apropria - crucialmente desapropriar, na verdade, os estudos sobre a geografia do ser humano variação genética em apoio de argumentos explicitamente racistas.

^{xvi} George W. Stocking, Jr., *Raça, Cultura, e Evolução: Ensaios de História da Antropologia* (Chicago & London: University of Chicago Press, 1968), 265.

^{xvii} Adolph Reed, Jr., "Os Limites do Anti-Racismo" *Observadores de Empresas de Esquerda* # 121, setembro de 2009, disponível em www.leftbusinessobserver.com/Antiracism.html.

^{xviii} *Ibid.*